

A AÇÃO POLÍTICA ENTRE O DISCURSIVO E AS ESTRATÉGIAS FUNCIONAIS

Edson Teles¹

Resumo: O objetivo deste artigo é reconhecer e analisar determinadas condições contemporâneas da ação política, notadamente as que se apresentem em suas formas mecânicas ou funcionais, indicando estratégias do agir independentes dos seus aspectos discursivos ou dos projetos políticos a elas relacionados. Nossa questão central é a de que os regimes de produção das subjetividades encontram sua maior produtividade na intersecção ou nas fronteiras entre os modos discursivos e os funcionais, fabricando processos de condução das vidas individuais e coletivas nos quais se operam o controle e o governo da ação política.

Palavras-chave: fabricação – poder disciplinar – máquinas políticas – servidão maquínica.

Sabemos que os discursos da democracia e do Estado de Direito encontram-se contaminados por certa tradição político jurídica segundo a qual os instrumentos de governo somente executam as decisões soberanas de um “povo” ou, como sustenta a filosofia política moderna, de seus legítimos representantes. É como se pudéssemos estabelecer uma estrutura normativa e constitucional do que deveria ser uma sociedade justa e, por meio dela, autorizar as ações de um governo meramente executor.

Entretanto, no interior dos mecanismos políticos e das relações de poder há técnicas e tecnologias de governo agindo, e são suas estratégias e funções que nos interessam. Não se trata de abandonar os “universais” da política moderna (soberania, direito, Estado), mas de buscar compreender uma ação política exercida por meio de máquinas, dispositivos de controle, lógicas de governo e movimentos e movimentações políticas de resistência.

A política e o contemporâneo

Houve a produção, no mundo contemporâneo, de uma espécie de economia política, com seus dispositivos e mecanismos estratégicos, cuja função seria a articulação entre os modos capitalistas de mercado e o governo das subjetividades. Desta forma, a construção do sujeito cidadão, o partido político, a associação, a nação, a cidadania, os direitos humanos, juntamente com os valores burgueses, religiosos e morais, por um bom tempo alimenta uma ação política com eficientes subjetivações como a nacionalista, a racista, a fascista, a democrática, o duelo esquerda/direita. Se há nas experimentações da vida e do social uma linguagem corporal, experimental, política em constante e plena inovação, há um

¹ Prof. de Filosofia Política na Universidade Federal de São Paulo, (Unifesp). E-mail: edsonteles@gmail.com

discurso e uma ação convencional, pobre e conservadora que visa justamente exercer a função pragmática de controle das novas subjetividades e dos acontecimentos com potencial transformador.

As teorias políticas há muito não têm mais como escapar de um grave dilema contemporâneo: como determinada ação política fabrica e mantém um controle eficaz diante das várias subjetividades produzidas pela profunda transformação econômica, social e cultural sofrida das últimas décadas.

A tradição teórica tem pensado a política – ou ao menos a democrática – como o exercício dos discursos e gestos, quando ato e palavra singulares dos indivíduos ou grupos políticos buscam persuadir maiorias com o fito de transformar o futuro próximo. O argumento desta tradição pensa “os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, [e] só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos”².

Seguindo à tradição da teoria política, Jacques Rancière fará a síntese de um agir essencialmente discursivo. Para ele, é preciso se observar três aspectos da política: primeiro, é necessário haver uma esfera de aparência do povo, um “campo da experiência, de um visível que modifica o regime do visível”; segundo, o povo da aparência não pertence à unidade de grupos determinados, pois “a democracia é a instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade”, o sujeito não-identitário; e, terceiro, o palco no qual o povo se exhibe é o lugar do conflito social, não entre partes, mas um litígio que põe em jogo a própria situação de conflito³.

Apesar de partilhar da leitura tradicional, tal como o faz Rancière, Hannah Arendt desenvolveu uma crítica do contemporâneo na qual a política teria perdido o seu sentido. Desta forma, a relação direta entre ação e fala teria se tornado inoperante, ou perdido em importância, na mesma proporção em que as novas subjetividades se configuraram como objetos nos territórios definidos pela política tradicional – a esfera pública, os partidos, os legislativos, os ambientes fechados de atuação dos representantes –, visto que hoje habitamos “um mundo no qual as palavras perderam o seu poder”⁴.

Para a filósofa alemã o mundo atual caracteriza-se pela perda da experiência na medida em que as ações e os pensamentos configuram-se como um “cálculo de consequências”, uma espécie de “função do cérebro”. “A ação logo passou a ser, e ainda é, concebida em termos de produzir e de fabricar”, lançando o humano em “um

² ARENDT, *A condição humana*, p. 5.

³ RANCIÈRE, *O descentendimento*, 102-3. Ainda segundo Jacques Rancière, a combinação destas três formas de subjetivação influencia os mecanismos institucionais, bem como interage com eles. Portanto, a democracia não se reduz às assembleias, às eleições e aos direitos do indivíduo, mas juntamente com estas formas objetivas do Estado de Direito, as subjetividades políticas encontram as condições de sua existência. O conceito da política como o *estar entre outros* compreende as subjetividades não como um modo de vida ou um regime político, mas como processos contingentes e singulares de ruptura com o vigente, uma experimentação do novo, (Cf. ARENDT, *A condição humana*).

⁴ ARENDT, *A condição humana*, p. 12.

funcionamento puramente automático, (...) entorpecido e ‘tranquilizado’ de comportamento”⁵. Como em uma narrativa de ficção científica, Arendt imagina a cena em que os indivíduos, em um processo de fabricação, perdem sua condição de ser fundamentalmente separados das coisas, naturais ou artificiais, e “(...) os corpos humanos começam gradualmente a ser revestidos por uma carapaça de aço”⁶.

A fabricação arediana é determinada por um duplo sentido de finalidade: por um lado, o fazer do *homo faber* segue a um projeto específico e definido e, por outro, é uma atividade que se encerra quando o resultado final é obtido. Assim, a ação do *homo faber* “chega a um fim com seu produto final, que não só sobrevive à atividade de fabricação como daí em diante tem uma espécie de ‘vida’ própria”⁷. Tal percurso próprio, automático, revestido pelo fabricar de um processo previamente conhecido pelo especialista, caracterizariam as funções e estratégias de uma ação política contemporânea⁸.

Como pensar em uma política que transborde os limites da representação? Uma ação cujo funcionamento extrapole os significados expressos pelas falas? O que Hannah Arendt quis dizer sobre este mundo fabricado, artificial, sem o poder das palavras? Qual o sujeito da política diante de uma ação definida por meio de dispositivos com funções de controle previamente definidas? Como e com que ferramentas filosóficas poderíamos refletir sobre as bordas do político?

Somado às questões teóricas acima colocadas, temos os dilemas da ação política, em especial dos movimentos sociais: como lidar com os conflitos sociais e políticos aparentemente restritos às representações da linguagem e da palavra inscritas na lei? Enfim, como agir nos limites do Estado de Direito se a ação transborda esta instituição da sociedade de controle?

Bio e política fabricados

Hannah Arendt refletiu sobre a “instrumentalização da ação”, retirando de sua configuração a característica de uma experiência humana singular. A política permaneceu incerta e frágil por “iniciar novos processos espontâneos”⁹. Porém, esta característica tornou-se uma dentre as várias possíveis para uma ação fabricada, em um agir estruturado como processo. Com a substituição da política pelo biológico, a ação instrumentalizada virou uma função sem sujeito – ou um sujeito com a função de protagonista, mas sem poder para decidir sobre suas ações –, cujas relações entre as pessoas, e destas com as coisas e vice versa, ocorreria por meio de mecanismos próprios para lidar com a gestão da vida.

⁵ ARENDT, *A condição humana*, p. 402-3.

⁶ ARENDT, *A condição humana*, p. 404.

⁷ ARENDT, *Entre o passado e o futuro*, p. 91.

⁸ Cf. TELES, *Ação política em Hannah Arendt*.

⁹ ARENDT, *A condição humana*, p. 243.

No contemporâneo, a grande apropriação do biológico pela estrutura institucional do Estado foi realizada pelos regimes totalitários. Tais regimes eliminaram não só a esfera pública, mas também qualquer possibilidade de espontaneidade humana, interferindo nos territórios essenciais à existência. Para tanto destruíram as teias sociais de comunicação e convivência e mobilizaram as massas despolitizadas, as quais se definiam pelo grande volume de pessoas, pela apatia e indiferença política, se encontrando atomizadas socialmente¹⁰.

Para o totalitarismo não bastava a eliminação dos opositores, mas havia a necessidade da posse de todo o tecido social, impondo o controle absoluto e incondicional. O novo regime colocou em questão os conceitos tradicionais de poder político ao apresentar uma concepção sem precedentes de dominação, expondo os limites das instituições de direitos humanos. Com a experiência dos campos de concentração, na qual os indivíduos se encontravam reduzidos a simples seres vivos, Arendt refletiu sobre a substituição da política tradicional por uma política do biológico.

Seguindo ao processo de biologização da política, o século XX assistiu o conflito de um movimento contraditório nas várias encenações do discurso dos direitos humanos. A efetivação dos direitos em políticas institucionais e nas normas do direito internacional caminhou conjuntamente ao uso indiscriminado da violência por parte dos estados. Foi o século dos genocídios, da limpeza étnica, do Holocausto e do desaparecimento forçado. Os estados envolvidos se caracterizaram pela sistemática violação aos direitos de seus cidadãos por meio de um repressivo aparato policial-militar. Diante deste contexto, as democracias nascidas nas últimas décadas surgem como herdeiras de regimes autoritários ou totalitários. A marca do novo regime político é a promessa de desfazer as injustiças do passado em sociedades carentes de vários direitos (saúde, alimentação digna, educação de qualidade, água, saneamento, etc.), e repletas de vítimas das mais variadas violências, especialmente por parte do Estado.

Apesar de seguir outro percurso histórico e filosófico, Michel Foucault nos apresentou uma análise com aproximações a de Arendt ao pensar a política por meio do controle do biológico¹¹. A partir de sua genealogia dos saberes e das relações de poder, Foucault reflete sobre a promoção dos controles sociais para um patamar adequado à fase neoliberal do capitalismo, através da biopolítica e do governo das populações.

Foucault procurou distinguir as transformações e estratégias estatais e das instituições, mas também o conjunto de mecanismos e seus efeitos disseminados na

¹⁰ Cf. ARENDT, *Origens do totalitarismo*.

¹¹ Tal hipótese, da aproximação entre as reflexões de Hannah Arendt e Michel Foucault acerca de uma política do biológico, pode ser encontrada no livro *Homo Sacer*, de Giorgio Agamben. Segundo este autor, Foucault teria investigado “o processo através do qual, nos limiares da Idade Moderna, a vida natural começa, por sua vez, a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, e a política se transforma em biopolítica”. E, continua, fazendo o paralelo com Arendt: “por outro lado, já no fim dos anos cinquenta (ou seja, quase vinte anos antes de *La volonté de savoir*) Hannah Arendt havia analisado, em *The Human Condition*, o processo que leva o *homo laborans* e, com este, a vida biológica como tal, a ocupar progressivamente o centro da cena política do moderno”, (AGAMBEN, *Homo Sacer*, p. 11).

sociedade acionados por técnicas e tecnologias de dominação. Interessa-nos, como meio de leitura da ação política contemporânea, as relações de poder e suas subjetivações que atingem a realidade concreta dos corpos individuais (poder disciplinar), em sua vida cotidiana, bem como o corpo de coletivos (biopoder).

Alienados dentro da lógica do trabalho e da posse, a produção destas subjetividades foi descrita por Foucault através da governamentalidade ou da gestão da vida dentro de parâmetros “escolhidos” pelo próprio indivíduo. As funções de usuário, trabalhador e cidadão combinam com as determinações gerais das marcas sociais, conferindo a estes avatares as divisões homem/mulher, professor/estudante, especialista/leigo, vândalo/pacífico, trabalhador/vagabundo, a depender das inserções sociais do indivíduo.

No biopoder, mais do que o fortalecimento das instituições centrais dos mecanismos de produção da disciplina e do corpo dócil, se fazia necessário dispositivos operando por meio dos próprios sujeitos por eles afetados. Assim, ser livre, escolher seus caminhos, fazer por si mesmo as ações concernentes à gestão dos modos de vida – sociais, políticos e econômicos – tornou-se um empreendimento do sujeito vivente do capitalismo. O empreendedor seria o indivíduo criativo, trabalhador, determinado, capaz de alterar sua condição social a partir unicamente da sua disposição e competência¹². Surge assim a versão do cidadão participativo, o protagonista, que de modo geral deve ser jovem, respeitador das leis, lutador por direitos, especialmente os individuais ou referentes aos valores tradicionais, tanto os de imposição da sujeição social, quanto os proponentes de uma ruptura com tal condição¹³.

¹² O empreendimento, enquanto modo de agir de subjetivações do capital contemporâneo, teria “o poder de transformar a conduta passiva do consumidor das alocações em uma conduta ativa de empreendedor, engajando o indivíduo para a produção de seu próprio capital”. Seria uma técnica de “transformar o trabalhador em ‘capital humano’, devendo garantir a si mesmo a formação, o crescimento, a acumulação, a melhora e a valorização de ‘si’ enquanto ‘capital’ por meio da gestão de todas as suas relações, suas escolhas, suas condutas” (LAZZARATO, *Signos, Máquinas, Subjetividades*, p. 28). Assim, além do capital aumentar sua esfera de capitalização, neste caso “monetizando” o humano como o faz com qualquer coisa, há ainda a subjetivação do indivíduo para a adesão a uma lógica de governo.

¹³ Há um belo trabalho de análise sobre o protagonismo juvenil no Brasil, de Regina Magalhães de Souza, que tece reflexões que nos interessam. Diz a autora: o “protagonista é invariavelmente lembrado como o ‘ator principal’ no cenário público, posição de destaque que supõe algum tipo de ação política. Contudo, uma ação política despida da luta e transformada em atuação social. (...) Uma ‘nova forma’ de política que ocorre mediante a atividade individual / atuação individual. (...) São pelo menos duas as maneiras pelas quais ocorre a anulação da política no discurso atual, mesmo na vertente do protagonismo juvenil: pela *instrumentalização* da ação, reduzida à atividade-meio, tendo em vista um objetivo material e quantificável, e pela *fabricação* do consenso”, (SOUZA, *O discurso do protagonismo juvenil*, pp. 10-12, *grifo nosso*). Deve-se destacar certo elemento estratégico ou de máquina na ação do protagonismo, ainda que a autora compreenda esta atividade como uma espécie de negação da política. Como veremos na sequência, nossa ideia é a de que justamente as possibilidades de bloqueio, anulação ou, paradoxalmente, de efetivação do agir parecem corresponder às características da ação política contemporânea.

As técnicas políticas

Quando Foucault se refere a uma microfísica do poder ele realiza o deslocamento espacial em relação a toda uma política representacional e discursiva. Ao estabelecer duas características gerais das relações de poder, uma disciplinar e do corpo do indivíduo e, outra, do governo de corpos coletivos, o filósofo francês objetiva conhecer os procedimentos e estratégias das técnicas e tecnologias das relações de poder. O tipo de intervenção sobre o humano e o ambiente em que este habita, em seu suporte individual ou coletivo, define-se por funções diferentes e, ao mesmo tempo, complementares, que nos remetem à reflexão sobre um agir político compreendido através dos efeitos que produz, sem os limites discursivos ou ideológicos.

As técnicas do corpo possuem uma eficácia produtiva. Elas não são simples mecanismos de opressão e repressão, ainda que estes aspectos existam e sejam aplicados. Sua maior característica é a positividade de uma riqueza estratégica que tem como alvo a produção de um corpo adestrado e dócil, sem o seu martírio ou dano. A ideia é aprimorá-lo para que exerça melhor sua função produtiva nas relações de poder. Assim, objetiva-se fabricar um corpo a ser utilizado em suas possibilidades máximas, produzindo mais, melhor e por mais tempo. E, ao reproduzir funções e mecanismos políticos que diminuem a potência de revolta e de resistência, neutralizaria sua capacidade criativa de se indispor à ordem¹⁴.

A disciplina do corpo individual é espacial e temporal e se exerce pela vigilância dinâmica, atualizada com o registro contínuo de suas formas de poder, produzindo um saber constante. Neste aspecto, o espaço e o tempo não estão diretamente ligados a um resultado, mas antes, a um desenvolvimento da ação. O que mais nos concerne é o como os corpos se dispõem diante e dentro de um processo produtivo, econômico e político, proporcionando aos mecanismos de controle uma eficácia independente da ideologia ou da representação que se faça do processo. Assim, por exemplo, mesmo em uma ruptura entre um regime político de exceção para um outro democrático, é possível manter as funções de produção de individualidades sem profundas alterações, operando mudanças quase exclusivamente ao nível das necessidades de atualização dos mecanismos de controle¹⁵.

Entretanto, colocar os processos de subjetivação das “micropolíticas” e “microfísicas”, via uma política de disciplinarização do corpo individual, como lugar central do agir político não tira a necessidade de preocupação com a dimensão macropolítica. É justamente a confluência entre estas duas dimensões que nos interessa, o ponto de intersecção, as bordas nas quais as possibilidades de ação pendem para lá e para cá sem deixar de estar na passagem, no processo, desterritorializado, no lugar do temporário.

¹⁴ Cf. FOUCAULT, *Vigiar e Punir*.

¹⁵ Cf. TELES, *Democracia e Estado de Exceção*.

Política como estratégia de governo

Na aula de 01 de fevereiro de 1978, sobre a governamentalidade, Michel Foucault fez uma apresentação do tema de pesquisa ao qual se dedicaria em seus próximos seminários: a questão do governo¹⁶. Foucault denominou governamentalidade o conjunto de procedimentos e cálculos que têm por alvo a condução da vida de uma população, produzindo um Estado administrativo e estabelecendo a primazia do governo sobre a soberania e a disciplina. Segundo o autor, a adoção deste tipo de poder foi o modo astuto com que o Estado moderno se permitiu sobreviver, pois, “as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política”¹⁷, não somente a luta que visava o Estado, mas as diversas formas da ação política.

Com o surgimento de um governo da vida e da população, ou seja, da espécie humana, das máquinas políticas e dos fenômenos a estes relacionados, “o problema da soberania não é eliminado; ao contrário, é tornado mais agudo do que nunca”. Segundo o filósofo, se estabelece um triângulo de poderes – soberania, disciplina e gestão governamental – e a questão colocada para o pensamento e para a análise política tratou-se de “ver que forma jurídica, que forma institucional, que fundamento de direito” pode legitimar as condições da soberania no estado de governo, e de gestão da vida, característico do contemporâneo¹⁸. A nossa proposição é a de que os direitos humanos, ao se mesclar com uma lógica de mercado e se expressar no consenso democrático (e do Estado de Direito), configura-se como um dos elementos instados por Foucault para explicar a legitimação de uma ação estatal que reúne os poderes soberano, disciplinar e de governo¹⁹.

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, diante de um saber situado, definiu a máquina política do poder disciplinar como aquela que faz “com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce”²⁰. Pensamos, com Foucault, na política cujo funcionamento ocorra de modo autônomo em relação aos discursos, ideologias ou procedência representacional sem, contudo, deixar de ter íntimas relações com estas instituições da política tradicional. Para uma máquina política contemporânea interessa, sobremaneira, os processos e o desenvolvimento de suas tensões e estratégias. As máquinas, isoladas, não exercem função alguma, mas existem dentro de determinadas relações, agenciamentos, configurando-se enquanto dispositivos.

¹⁶ FOUCAULT, *Segurança, Território, População*, pp. 117-154.

¹⁷ FOUCAULT, *Segurança, Território, População*, p. 292.

¹⁸ FOUCAULT, *Segurança, Território, População*, p. 142.

¹⁹ TELES, *Democracia de efeito moral*, pp. 171-72.

²⁰ FOUCAULT, *Vigiar e Punir*, p. 166.

O termo dispositivo, em seu caráter estratégico e funcional, visa lidar com uma tensão, podendo ser para conduzir as relações de forças, ou para bloqueá-las e delas fazer uso. Em entrevista concedida em 1977, Michel Foucault comenta sua formulação:

Aquilo que procuro destacar com este nome é, primeiramente, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos. (...) O dispositivo tem uma função eminentemente estratégica. (...) Trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para desenvolvê-las em certa direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las²¹.

Vemos nesta passagem como o filósofo não se desfaz dos elementos estruturantes da política moderna, mas os inclui em uma rede de relações estratégicas de direcionamento das forças em tensão. As funções destas estratégias objetivam conduzir as relações, determinar o uso de sua potência, dentro de uma lógica de controle.

As máquinas políticas e os dispositivos que as fazem funcionar têm existência por meio da lógica de governo, cujas operações parecem se estruturar como paradigmas do Estado Democrático de Direito. Com base na ideia de que governar é a ação de condução das ações dos outros e das coisas se estabeleceu uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos populacionais e dos fatos a estes eventos relacionados. De posse de uma série de dados e probabilidades regulares, pode-se fabricar políticas públicas de aumento da capacidade de governo, bem como amenizar o impacto da vida social, computadas por estratégias fundamentadas na produtividade e no seu controle por parte do capital. Se nesta lógica as estatísticas formam um padrão central para a tomada de decisões, cresce em importância a ideia do risco e das políticas públicas do possível.

Um dos principais paradigmas de governo do contemporâneo, por expor as máquinas políticas, é a questão dupla do risco e da segurança. Para Michel Foucault, em seu curso *Segurança, Território, População*, antes de prevenir as tragédias e a miséria, a lógica da segurança visa prioritariamente governar a desordem do que evitá-las. A história da lógica de governo “sem dúvida não é comandada pelos sucessos e fracassos da sua funcionalidade, mas que ela se inscreve na verdade em estratégias e táticas que se apoiam até mesmo nos próprios déficits funcionais”²². O filósofo francês argumenta sobre como as ocorrências destes eventos autorizam medidas excessivas de governo, bem como a utilização dos indivíduos e das coisas em proveito das funções de controle das perturbações sofridas pela ordem.

²¹ FOUCAULT, “*Le jeu de Michel Foucault*”, p. 299-300.

²² FOUCAULT, *Segurança, Território, População*, p. 158.

Trata-se de criar ou autorizar a existência de zonas de risco²³ que permitam a constante intervenção, mesmo que sob a suspensão do ordenamento jurídico²⁴. Desta forma, para a lógica de governo é imprescindível a participação “livre” dos indivíduos, pois a ação de governo não se impõe de fora, mas funciona como um poder moderador cujo objetivo seria o de estabilizar os desequilíbrios inerentes à ordem dos assuntos humanos (a sociedade) e não humanos (a natureza)²⁵.

No cálculo desta ação de condução, governa-se com o fito de gestão do risco, gerando determinações que trabalhem dentro de um padrão da média possível. Evita-se práticas que namorem com os limites e com a ruptura (a menos que possam ser usadas em

²³ Há um expressivo exemplo da utilização da produção de insegurança: em política internacional existe o termo “zone of turmoil” para designar espaços com grandes populações, sob o risco de desastres iminentes e virtualmente ingovernáveis. Esta definição foi formulada nos anos 90, em oposição à “zone of peace”. O argumento é o de que, do ponto de vista das nações consideradas desenvolvidas e das instituições transnacionais de capital, a existência das “zone of turmoil” legitima as intervenções, as ajudas humanitárias, ou as ações de segurança. Desta forma, autoriza-se a ação de uma força de governo conduzindo a “resolução” dos problemas de gestão dos que não têm capacidade e autonomia para fazerem por si mesmos.

²⁴ A suspensão tem por origem a decisão do soberano (a norma, a lei, o sujeito, institucional ou não, que decide sobre a exceção) sobre o caráter emergencial ou de necessidade maior de determinada situação, uma *raison d'État*. Com isto, deve seguir a regra autorizando a suspensão do ordenamento, ou de parte dele, até que as condições causadoras da decisão sejam anuladas. A uma legislação ou norma compete, no máximo, indicar quem vai agir ou sob qual procedimento em caso de necessidade, pois somente podem ser incluídas em um ordenamento as repetições, as regularidades. O soberano age no limite, no que foi excluído do ordenamento e, ao mesmo tempo, permanece sob a forma da decisão acerca de uma necessidade ou de um risco, (Cf. AGAMBEN, *Homo Sacer*).

²⁵ A divisão formulada pela filosofia moderna entre aquilo que é por natureza e o que é por fabricação do humano se desfaz no contemporâneo, seja devido ao fato de a filosofia localizar tais elementos entre os híbridos, aqueles que são quase humanos e, ao mesmo tempo, quase objetos; seja devido ao surgimento de tecnologias que tornam a separação natureza/cultura algo meramente discursivo. Não teríamos mais os sujeitos de direito e os objetos da ciência (ou do biológico e do trabalho, para Hannah Arendt). Segundo Bruno Latour, “talvez o quadro moderno houvesse conseguido se manter por mais algum tempo caso seu próprio desenvolvimento não houvesse estabelecido um curto-circuito entre a natureza, de um lado, e as massas humanas, de outro. Enquanto a natureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia vagamente com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como classificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, humanos, pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. São locais ou globais? Os dois. As massas humanas que as virtudes e os vícios da medicina e da economia multiplicaram também não são fáceis de mapear. Em que mundo abrigar estas multidões? Estamos no campo da biologia, da sociologia, da história natural, da sociobiologia? É nossa obra, e no entanto as leis da demografia e da economia nos ultrapassam infinitamente. A bomba demográfica é global ou local? Os dois. Portanto, tanto do lado da natureza quanto do lado do social, não podemos mais reconhecer as duas garantias constitucionais dos modernos: as leis universais das coisas, os direitos imprescritíveis dos sujeitos. O destino das multidões famintas, assim como o de nosso pobre planeta, encontram-se ligados no mesmo nó górdio, que mais nenhum Alexandre virá cortar”, (LATOUR, *Jamais fomos modernos*, p. 54).

favor da arte de governar), diante das quais os controles necessários para conduzir a vida dos outros se tornam instáveis.

Seguindo o argumento de Michel Foucault, poderíamos dizer que um dispositivo vai “inserir o fenômeno em questão”, o risco, “numa série de acontecimentos prováveis. (...) As reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo”. Aqui, distinto do procedimento do poder soberano na política moderna, “em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável”²⁶. Passos de estratégias de governo cujo projeto político pouco importa. “O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia como as peças foram dispostas”²⁷.

Assim, perante às probabilidades e ao conhecimento dos riscos, ou mesmo diante da simulação de suas ocorrências, criam-se políticas estabilizantes das práticas sociais além das quais nada será autorizado. A diminuição do sofrimento social e de seus riscos políticos encontra-se como um dos principais objetivos desta ação. Não se trata de acabar com as desigualdades, muito menos de simplesmente manter as práticas que causam o sofrimento²⁸. Trata-se, antes, de encontrar a estabilidade necessária, diante da qual não haverá ruptura e os indivíduos alvos desta prática colaborem voluntariamente.

O malabarismo mais efetivo desta *democracia de segurança* é a habilidade de lidar com o risco, ou com os fantasmas conhecidos e reconhecidos nas histórias de riscos passados e/ou imaginados, atualizadas em discursos, mecanismos e máquinas políticas de controle²⁹.

Na política aparentemente discursiva o sujeito encontra-se dentro das estruturas institucionais autorizadas pela lei para a produção das políticas públicas e a população alvo de sua ação é percebida como objeto de sua ação ou como sujeito de necessidades. Não é pensada como sujeito político ativo, mas como um elemento do cálculo sempre em processo de fabricação, tal como se faz com as enchentes, o trânsito, as votações no Legislativo, a distribuição das funções de gestão. Os lugares fechados, de acesso limitado aos especialistas autorizados a fazer uso do discurso verdadeiro, são os preferidos pela lógica de governo.

Os instrumentos de controle e dominação somente exercem suas funções na medida em que respondam a uma exigência/urgência frente às rupturas. São as probabilidades e efetivação dos atos de resistência que conformam as estratégias de dominação, as quais, por sua vez, participam dos modos de resistência. É um movimento dual, condição necessária para um dispositivo, na tensão entre forças contrárias, mas não excludentes entre si. As estratégias de resistência apelam a processos criativos de suspensão do percurso ordinário

²⁶ FOUCAULT, *Segurança, Território, População*, p. 9.

²⁷ FOUCAULT, “*Pouvoir et corps*”, p. 1628.

²⁸ Desenvolvi este argumento, o do sofrimento social enquanto risco a ser gestado pela lógica de governo, no meu artigo *El discurso de los derechos humanos y la gobernanza del sufrimiento social*.

²⁹ Comento, com base nesta ideia do risco e seus fantasmas, a lógica de governo aplicada aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) no texto *Morte e ressurreição de um fantasma*, disponível em blogdaboitempo.com.br/category/colunas/edson-teles, acessado em novembro de 2015.

de coisas e fatos que afetam as subjetividades, o que abre condições para se gestar novas subjetivações³⁰.

Produções de subjetividades

Uma importante questão emerge ao se dirigir o olhar para as relações agônicas do contemporâneo, acessando suas tensões, bloqueios, usos e criações. Trata-se de compreender como ocorrem os regimes de produção das subjetividades presentes nas formas de governo da vida. Um percurso pertinente à proposição crítica até aqui apresentada são as análises de Félix Guattari e Gilles Deleuze sobre a sujeição social (*assujettissement sociaux*) e a servidão maquínica (*asservissement machinique*).

Na intersecção, ou no lugar misto, da sujeição social e da servidão maquínica, haveria a territorialidade de um regime de operações das subjetividades:

Distinguimos como dois conceitos a servidão maquínica e a sujeição social. Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto que deveio exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido pela máquina³¹.

A sujeição social visa imprimir subjetividades nos indivíduos ao lhes atribuir sexo, cidadania, nacionalidade, corpo, etnia, profissão, ideologia. Tais códigos se estruturam para atender, bem como criar, as demandas do mundo do trabalho, identificando-os aos indivíduos por meio de representações de normas comportamentais. Por meio da linguagem e da produção de imagens e representações do mundo e das sociabilidades, a sujeição social produz o indivíduo no modelo geral do protagonista e do empreendedor, a depender do território a ser ocupado.

³⁰ Poderíamos dizer que algumas cidades brasileiras, nos movimentos de junho de 2013, experimentaram rupturas com modelos de controle da produção de subjetividades. Nas recentes análises dos processos políticos no Brasil se acentuou a imagem de um conflito entre movimentos autonomistas e as formas tradicionais da representação política. Entretanto, não seria um conflito entre o velho e o novo, mas os efeitos da tensão existente entre os dispositivos políticos do presente. Parece-nos que o conflito experimentado no país em 2013 foi entre novas possibilidades de subjetivações e a necessidade de captura e controle delas, (Cf. TELES, “*Democracia de efeito moral*”).

³¹ Deleuze e Guattari, *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 5, pp.167-68

Contudo, concomitante à sujeição social, cuja estrutura a filosofia política contemporânea tratou através de alguns dos seus principais autores – Arendt, Rancière, Badiou, Butler, Žižek³² –, a produção do sujeito individuado ocorre em paralelo a um processo semelhante, mas diferente: a dessubjetivação. Seria a servidão maquínica³³ o regime produtivo que atinge o indivíduo desordenando suas representações e comportamentos originados na e pela sujeição social. Esta produção refere-se a estratégias de máquinas tecnológicas e sociais nas quais componentes humanos e não humanos interagem e conformam os agenciamentos da vida cotidiana.

Se na sujeição social há a produção de indivíduos que se comunicam com outros por meio da lógica sujeito/objeto, mediados por dispositivos externos a si (mídia, organizações políticas, discurso dos direitos humanos, Estado), na servidão maquínica o indivíduo se torna *dividual*. A servidão não está limitada aos dualismos palavra/coisa, natureza/cultura, sociedade/Estado, objeto/sujeito. O dividual não se encontra externo às máquinas e aos dispositivos do capitalismo, mas é ele próprio um componente produtivo de funções e estratégias dos processos políticos. “Para produzir um novo discurso, um novo saber, uma nova política, deve-se atravessar um ponto inominável, um ponto absoluto de não narrativa, de não cultura e de não saber”³⁴.

Não se trata de funções específicas dos sujeitos, mas de saídas e entradas, “inputs e outputs”, nos processos geridos e governados pelas tecnologias maquínicas. Na servidão, a relação entre os agentes e seus signos existem, porém não são intersubjetivas, ou entre sujeito e objeto. Tanto os humanos, quanto os não humanos, são componentes de conexões e disjunções, mobilizando relações operacionais.

Desta forma, a sociedade capitalista nos lança num duplo sistema de controle. Por um lado, somos “humanizados” por meio da construção de indivíduos com papéis previamente estabelecidos. Num outro viés, não “humanizado”, somos controlados por um agenciamento sem a divisão instituição e sujeito, sujeito e objeto, natureza e cultura, a coisa e sua representação, público e privado, humano e não humano.

Este lugar misto indica algo que nos parece se constituir nas bordas do político, territórios em movimento são fundamentais para as operações da ação política contemporânea. Com estes autores pensamos não em subjetividades, mas em sua produção.

³² Cf. ARENDT, *A condição humana*; RANCIÈRE, *O desentendimento*; BADIOU, *O ser e o evento*; BUTLER, *Prearious Life*; ŽIZEK, *Alguém disse totalitarismo?*

³³ Segundo explica Maurizio Lazzarato, servidão é um termo que Deleuze e Guattari encontraram na cibernética e na automação: “(...) ela significa a ‘pilotagem’ ou o ‘governo’ dos componentes de um sistema. Um sistema tecnológico subjuga (‘governa’ ou ‘pilota’) variáveis (temperatura, pressão, força, velocidade, resultado etc.) assegurando coesão e o equilíbrio funcional do todo. A servidão é o modo de controle e regulação (‘governo’) de uma máquina social ou técnica, como uma fábrica, uma empresa ou um sistema de comunicações. Ela recoloca a ‘servidão humana’ dos antigos sistemas imperiais (egípcio, chinês etc.), e por conseguinte é um modo de comando, de regulação e de governo ‘assistido’ pela tecnologia, constituindo, como tal, uma especificidade do capitalismo” (LAZZARATO, *Signos, Máquinas, Subjetividades*, pp. 28-9).

³⁴ LAZZARATO, *Signos, Máquinas, Subjetividades*, p. 21

É um processo cultural e social, uma certa economia da vida que produz as subjetivações políticas. Esta não seria primordialmente discursiva, como nos fez crer toda a teoria política tradicional. As transformações engendradas pela produção de subjetividades não se apresentam como resultado do conhecimento, da cultura ou da informação. Sua dimensão fundamental seria também afetiva e existencial. Com base nesta produção se propagariam discursos, saberes e ações políticas. Félix Guattari assim define este “coquetel subjetivo contemporâneo”:

Do mesmo modo que as máquinas sociais que podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes³⁵.

Retomamos as questões que nos são colocadas por esta análise: de que forma é possível uma ruptura política e existencial com linhas de produção de subjetividades? Com quais ferramentas o Estado de Direito, uma construção da modernidade, faz o controle maquínico e social em série dos indivíduos? Qual seria a possibilidade de organização e de ação para romper com os micros e macros processos de subjetivação/dessubjetivação?

Neste texto procuramos trabalhar com a hipótese de que a forma central com que as relações de poder atuam diz respeito ao governo, suas técnicas, tecnologias e funções, bem como seus regimes de produção de subjetividades. Trata-se de expandir os modos de análise das máquinas políticas contemporâneas e de suas estratégias.

THE PRACTICING POLITICS BETWEEN DISCOURSE AND FUNCTIONAL STRATEGIES

Abstract: This article presents and analyzes contemporary conditions of political action, notably those that are mechanical or functional in nature, indicating strategies for acting independent of related discourse or political undertakings. We argue that systems that produce subjectivities are most productive at the intersection between discourse and function, producing processes for guiding individual and collective life in which the control and governing of political action operate.

Keywords: fabrication – disciplinary power – political machines – machinic enslavement.

³⁵ GUATTARI, *Caosmose*, p. 14.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo, Revisão técnica e Apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Trad. Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar e UFRJ, 1996.

BUTLER, Judith. *Precarious Life. The Powers of Mourning and Violence*. London, New York: Verso, 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: 34, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ : Vozes, 2009.

_____. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Pouvoir et corps. In: Dits et Écrits I. 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001a.

_____. *Le jeu de Michel Foucault. In: Dits et Écrits II. 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001b.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: 34, 2012.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 2013.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. Tradução Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Sesc e n -1, 2014.

_____. *Expérimentations politiques*. Paris: Amsterdam, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

SOUZA, Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.

TELES, Edson. *Democracia e Estado de Exceção*. Transição e memória política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015.

_____. *Democracia de efeito moral. Movimentos sociais e governabilidades em conflito*. In: Nildo Avelino; Salvo Vaccaro (Orgs.). *Governamentalidade Segurança*. São Paulo: Intermeios, 2014, pp. 171-190.

_____. *Ação Política em Hannah Arendt*. São Paulo: Barcarolla, 2013.

_____. *El discurso de los derechos humanos y la gobernanza del sufrimiento social*. In: Castor Bartolomé Ruiz; Rubén Alberto Duarte Cuadros (Orgs.). *La urbe global y el gobierno de la vida humana. Justicia, alteridad y memoria en los espacios de poder*. Bogotá: Universidad Libre de Colombia, 2012, p. 156-168.

ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.